

OFÍCIO Nº 121/2026 – ACDF
Brasília-DF, 2 de junho de 2026.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E DO CONGRESSO NACIONAL**

A Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF, por intermédio de sua Presidência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar cumprimentos institucionais e encaminhar o presente expediente para conhecimento e apreciação, considerando a relevância da matéria para o fortalecimento do ambiente de negócios, do desenvolvimento econômico, da livre iniciativa e do associativismo empresarial, princípios que contribuem para o crescimento sustentável do Distrito Federal e do País.

Nesse contexto, encaminhamos o artigo intitulado **“A Falsa Conquista da Escala 6x1 – Quando a proteção ao trabalhador se transforma em hostilidade ao trabalho”**, de autoria do empresário e **escritor Adriano Amaral**, que apresenta reflexões acerca dos impactos econômicos, sociais e institucionais das propostas de redução compulsória da jornada de trabalho, abordando aspectos relacionados à produtividade, competitividade, geração de empregos, segurança jurídica, ambiente de negócios e desenvolvimento econômico nacional.

Considerando a relevância do tema para o setor produtivo brasileiro e para o debate legislativo sobre as relações de trabalho, entendemos ser oportuno compartilhar o referido material para conhecimento e eventual consideração no âmbito das discussões conduzidas por essa Casa Legislativa.

Ao ensejo, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração, colocando esta entidade à disposição para contribuir com o diálogo institucional e com a construção de soluções que promovam o desenvolvimento econômico sustentável, a geração de empregos, o fortalecimento do empreendedorismo e a valorização do trabalho produtivo no Brasil.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO PEDRO DE BRITES
Data: 02/06/2026 12:11:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Pedro de Brites
Presidente
Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF

Rivânia
Presidência do Senado Federal
Rivânia Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 06 / 03 / 26 Hs 11:20

A FALSA CONQUISTA DA ESCALA 6x1

Quando a proteção ao trabalhador se transforma em hostilidade ao trabalho

Brasília, 7 de maio de 2026

Existe uma diferença fundamental entre proteger o trabalhador contra abusos e construir uma cultura de aversão ao trabalho. Essa distinção, que durante décadas pareceu óbvia, foi progressivamente corroída pelo debate político contemporâneo. A proposta de redução compulsória da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 são mais um capítulo dessa inversão conceitual, apresentada sob a roupagem sedutora de “conquista social”, mas potencialmente destrutiva para produtividade, competitividade, geração de empregos e crescimento econômico.

O problema não está em desejar melhores condições de vida, mais equilíbrio familiar ou maior qualidade de vida para os trabalhadores. Esses objetivos são legítimos e desejáveis em qualquer sociedade civilizada. O problema começa quando se tenta produzir prosperidade por decreto, ignorando princípios elementares de economia, produtividade e formação de riqueza.

Toda sociedade rica trabalha menos no estágio final de desenvolvimento. Nenhuma sociedade ficou rica porque decidiu trabalhar menos antes de enriquecer.

Essa diferença é fundamental.

Países desenvolvidos que hoje experimentam jornadas reduzidas, semanas de quatro dias ou elevadas taxas de bem-estar social não chegaram a esse ponto por populismo legislativo. Chegaram porque antes acumularam

produtividade, capital, tecnologia, infraestrutura, educação, segurança jurídica e eficiência econômica suficientes para sustentar esse padrão.

A Alemanha não produz mais riqueza porque trabalha menos. Ela pode trabalhar menos porque produz muito mais valor por hora trabalhada.

O mesmo vale para países nórdicos, Holanda, Suíça ou Japão. Todos passaram por longos ciclos de industrialização pesada, disciplina fiscal, formação de capital humano, inovação tecnológica e fortalecimento institucional antes de alcançar modelos mais flexíveis de jornada.

O Brasil pretende inverter a ordem natural das coisas: quer importar os benefícios finais das economias avançadas sem construir as bases que permitiram sua existência.

Esse erro não é apenas econômico. Ele decorre de uma visão de mundo esquerdista que frequentemente enxerga produtividade, lucro e acumulação de capital mais como problemas morais do que como pré-condições da prosperidade.

Ao longo da história, as verdadeiras conquistas trabalhistas surgiram para combater abusos reais e concretos. Jornadas desumanas, trabalho infantil em condições degradantes, ambientes insalubres, ausência de segurança física, exploração incompatível com a dignidade humana. As leis trabalhistas nasceram para proteger o trabalhador contra o abuso, não para protegê-lo do próprio trabalho.

Esse ponto foi progressivamente esquecido.

A própria narrativa histórica frequentemente é simplificada de maneira grosseira. Consolidou-se a ideia de que todos os avanços sociais surgiram exclusivamente da pressão revolucionária das massas contra elites indiferentes. A realidade histórica é muito mais complexa. Muitas das reformas trabalhistas e humanitárias relevantes foram conduzidas justamente pelas gerações seguintes das elites econômicas e administrativas, os chamados “filhos dos barões”, educados em filosofia, direito, religião, ética e humanismo, que compreenderam que a estabilidade do capitalismo e da própria civilização dependia da melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

Não eram reformas contra a produção. Eram reformas contra o abuso.

A história desmente a simplificação ideológica segundo a qual justiça social e dignidade humana seriam monopólios intelectuais da esquerda contemporânea. Nos séculos XIX e XX, muitas das principais reformas humanitárias e trabalhistas do Ocidente foram conduzidas justamente por liberais clássicos, conservadores reformistas, cristãos humanistas e estadistas preocupados com estabilidade social e coesão nacional.

No Reino Unido, as *Factory Acts* de 1833 e 1847, impulsionadas pela liderança de Lord Shaftesbury, aristocrata e parlamentar conservador, limitaram o trabalho infantil, reduziram jornadas excessivas e estabeleceram algumas das primeiras normas modernas de segurança e bem-estar nas fábricas. Shaftesbury também liderou campanhas humanitárias voltadas à educação básica e proteção de órfãos, demonstrando que conservadorismo e consciência social jamais foram conceitos incompatíveis.

Na Alemanha, Otto von Bismarck, um estadista profundamente conservador, implantou entre 1883 e 1889 os primeiros sistemas modernos obrigatórios de seguro-saúde, acidentes de trabalho e aposentadoria, criando os embriões do moderno *welfare state* europeu. Bismarck não via essas medidas como concessões ideológicas revolucionárias, mas como instrumentos de estabilidade nacional, responsabilidade social e preservação da coesão do Estado.

O mesmo pode ser observado no movimento abolicionista. No Reino Unido, William Wilberforce, político conservador e profundamente influenciado por valores cristãos, liderou a campanha que culminou na abolição do tráfico negreiro em 1807. Nos Estados Unidos, o Partido Republicano original, fundado sobre bases antiescravistas, elegeu Abraham Lincoln, cuja liderança foi decisiva para a abolição definitiva da escravidão em 1865.

Esses exemplos não existem para negar erros históricos do Ocidente, mas para lembrar uma verdade frequentemente omitida: as grandes reformas civilizatórias não nasceram da demonização da prosperidade, mas justamente do amadurecimento moral de sociedades que enriqueceram, fortaleceram instituições e desenvolveram consciência social suficiente para aperfeiçoar suas próprias estruturas.

Existe uma diferença profunda entre consciência social e populismo moral. Consciência social verdadeira nasce quando indivíduos e sociedades, após resolverem suas necessidades básicas, passam a enxergar responsabilidade coletiva como extensão natural da prosperidade acumulada. Já o populismo moral tenta produzir justiça social artificialmente por meio da destruição dos mecanismos que geram riqueza.

As sociedades que produziram os maiores avanços humanitários da história não foram as que demonizaram produtividade, lucro ou trabalho. Foram justamente aquelas que enriqueceram, educaram suas populações, fortaleceram instituições e criaram excedente econômico suficiente para financiar dignidade em larga escala.

Existe uma diferença profunda entre combater exploração e demonizar produtividade.

O problema contemporâneo é que parte significativa da esquerda passou a tratar o trabalho não como instrumento de dignidade, construção pessoal e prosperidade coletiva, mas quase como uma agressão existencial. Criou-se uma cultura na qual produzir muito, trabalhar intensamente, empreender e acumular capital passaram a ser vistos com suspeita moral, enquanto dependência estatal, assistencialismo permanente e hostilidade ao lucro foram romantizados como virtudes sociais.

O paradoxo é evidente: o próprio nome do Partido dos Trabalhadores tornou-se simbolicamente contraditório com uma visão de mundo que frequentemente demonstra profunda aversão cultural ao trabalho produtivo, à meritocracia e ao esforço individual.

O trabalho deixou de ser visto como meio de emancipação e passou a ser tratado como sofrimento estrutural do qual o indivíduo deveria ser progressivamente “libertado” pelo Estado.

Mas nenhuma civilização prosperou incentivando aversão ao esforço produtivo.

O avanço humano não ocorreu porque as sociedades passaram a trabalhar menos. O avanço ocorreu porque passaram a produzir mais valor por hora trabalhada.

Essa diferença é decisiva na hora de definir que sociedade desejamos para nossos filhos.

O Brasil enfrenta exatamente o problema oposto ao que o governo parece imaginar. Nossa economia sofre de baixa produtividade estrutural. O país possui infraestrutura deficiente, logística cara, sistema tributário caótico, excesso regulatório, insegurança jurídica, baixa qualificação média da mão de obra, crédito caro, enorme informalidade e uma das mais complexas estruturas de custo do planeta.

Ainda assim, a solução proposta volta-se novamente para aumento artificial de custos sobre quem produz.

Reduzir compulsoriamente jornadas sem correspondente aumento de produtividade significa, na prática, elevar o custo unitário do trabalho. Empresas terão três alternativas naturais: aumentar preços, contratar menos ou automatizar mais rapidamente.

Em muitos setores, especialmente comércio, serviços, restaurantes, supermercados, hotelaria e pequenas empresas, a matemática é simples e implacável. Se o funcionário produz menos horas sem redução proporcional de custo, a margem operacional diminui. Margens comprimidas não são sustentadas por slogans políticos. Elas acabam sendo compensadas por meio de inflação, redução de contratações, substituição

tecnológica, informalidade crescente ou simplesmente fechamento de empresas incapazes de absorver aumentos artificiais de custo.

Toda legislação trabalhista excessivamente desconectada da realidade econômica acaba produzindo exatamente aquilo que prometia combater.

Esse processo já pode ser observado há décadas no Brasil. Criou-se um ambiente no qual contratar formalmente tornou-se atividade de elevado risco jurídico e financeiro. A Justiça do Trabalho brasileira movimenta milhões de ações anualmente, em uma estrutura litigiosa praticamente sem paralelo internacional. O resultado é perverso: empresas pequenas evitam contratar; empresas médias automatizam; empresas grandes criam departamentos jurídicos gigantescos apenas para sobreviver ao ambiente regulatório.

Em muitos casos, o vínculo entre empregado e empregador deixa de ser uma relação de cooperação produtiva e passa a funcionar como uma relação de antagonismo permanente incentivada institucionalmente.

Isso não significa negar abusos reais existentes em determinados setores ou regiões do país. Eles existem e precisam continuar sendo combatidos. Trabalho degradante, exploração ilegal, informalidade predatória e violação de direitos humanos não podem ser tolerados em uma sociedade séria.

Mas combater abusos não significa transformar toda relação produtiva em suspeita moral.

Consolidou-se uma visão de mundo na qual a empresa é presumida exploradora, o lucro passou a ser tratado como suspeita moral e o empregador frequentemente é retratado como opressor estrutural, enquanto o trabalhador é automaticamente colocado na posição permanente de vítima sistêmica.

Essa visão é economicamente infantil e institucionalmente destrutiva.

Sem empresa não existe emprego. Sem lucro não existe investimento. Sem investimento não existe crescimento. Sem crescimento não existe arrecadação. Sem arrecadação não existe política social sustentável.

A empresa é uma das maiores invenções institucionais da civilização moderna. É ela que organiza capital, tecnologia, trabalho, logística, conhecimento e risco para gerar riqueza em escala. Quando um país passa a hostilizar estruturalmente quem empreende, produz e emprega, não está punindo “os ricos”. Está corroendo silenciosamente a base material que sustenta toda a sociedade.

O mais irônico é que esse movimento ocorre justamente durante a maior transformação tecnológica da história econômica moderna.

Automação, inteligência artificial, robotização, softwares avançados, logística inteligente e digitalização estão rapidamente substituindo funções humanas repetitivas em escala global. Nesse contexto, encarecer artificialmente o trabalho formal através de rigidez regulatória excessiva é acelerar a substituição do trabalhador humano pelas máquinas.

A consequência inevitável é o aprofundamento do desemprego estrutural, especialmente entre jovens e trabalhadores de baixa qualificação.

Enquanto países desenvolvidos discutem como aumentar produtividade por meio de tecnologia, inovação e educação técnica, o desgoverno continua tentando resolver problemas econômicos complexos via decretos morais e slogans políticos.

O resultado previsível é mais um capítulo do que pode ser chamado de roubo geracional.

Uma sociedade que desestimula produtividade, mérito, investimento e formação de riqueza inevitavelmente condena suas futuras gerações à estagnação. Jovens herdam menos crescimento, menos oportunidades, salários mais baixos, menor mobilidade social e maior dependência estatal. A economia desacelera enquanto o discurso político promete direitos cada vez maiores desconectados da capacidade real de financiá-los.

Toda sociedade pode escolher entre distribuir riqueza produzida ou distribuir pobreza administrada.

A esquerda parece cada vez mais inclinada à segunda opção.

Existe algo profundamente corrosivo em uma cultura que transforma o esforço produtivo em suspeita moral. O trabalho, quando exercido com dignidade, responsabilidade e liberdade, não degrada o indivíduo. O trabalho estrutura caráter, cria autonomia, produz autoestima e conecta o ser humano ao senso de propósito.

Civilizações fortes não são construídas sobre a glorificação da dependência, mas sobre a valorização da responsabilidade.

A tragédia do debate contemporâneo é que passamos a tratar produtividade como opressão, disciplina como violência simbólica e mérito como injustiça estrutural. Ao fazer isso, corroemos silenciosamente os pilares culturais que sustentam prosperidade, inovação e desenvolvimento.

A redução da jornada de trabalho pode ser consequência natural de uma sociedade altamente produtiva e tecnologicamente avançada. O que ela não pode ser é substituto artificial para crescimento econômico inexistente.

Prosperidade real não nasce de slogans.

Nasce de trabalho, produtividade, investimento, educação, tecnologia, responsabilidade fiscal e liberdade econômica.

Todo o resto é apenas retórica tentando desafiar a matemática.

Adriano Amaral

Empresário

Autor dos livros “Percepções” e “Contrapontos”